



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO ARARANGUÁ-ARA  
DEPARTAMENTO DE ENERGIA E SUSTENTABILIDADE  
PLANO DE ENSINO

SEMESTRE 2017.2

**I. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA**

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS SEMANAIS		TOTAL DE HORAS-AULA SEMESTRAIS
		TEÓRICAS	PRÁTICAS	
ARA7328	Direito e Legislação Ambiental	04	-	72

TURMAS TEÓRICAS	HORÁRIO		MÓDULO
	TURMAS PRÁTICAS		
Turma: 08653 Horário: 2.1620-2 4.1420-2	-		Presencial

**II. PROFESSOR(ES) MINISTRANTE(S)**

Reginaldo Geremias

**III. PRÉ REQUISITOS**

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA
ARA7325	Poluição Ambiental

**IV. CURSO (S) PARA O QUAL (IS) A DISCIPLINA É OFERECIDA**

Curso de Engenharia de Energia

**V. JUSTIFICATIVA**

O estudo dos fundamentos básicos do Direito e da Legislação Ambiental brasileiros é de grande relevância para a formação pessoal, acadêmica e profissional dos egressos em Engenharia de Energia.

**VI. EMENTA**

Legislação ambiental. Conceito jurídico de meio ambiente. A proteção constitucional do meio ambiente e os bens ambientais. O sistema federativo e a competência no meio ambiente. A Política Nacional do Meio Ambiente, seus instrumentos e o funcionamento do SISNAMA. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. A Política Nacional de Recursos Hídricos. A proteção da flora, fauna e pesca. A Lei de Crimes Ambientais e os instrumentos judiciais e extrajudiciais de defesa dos bens ambientais.

**VII. OBJETIVOS**

**Objetivo Geral**

Estudar os pressupostos básicos que norteiam o Direito e a Legislação Ambiental brasileiros, com vistas a contribuir para o processo de formação pessoal, acadêmica e profissional dos egressos do curso de graduação em Engenharia de Energia.

**Objetivos Específicos**

- . Estudar os pressupostos teóricos básicos acerca do Direito e da Legislação Ambiental brasileiros;
- . Promover a reflexão sobre a temática do ordenamento jurídico ambiental e sua correlação com o setor energético;
- . Salientar a importância do estudo do Direito e Legislação Ambiental na formação do egresso em Engenharia de Energia.

**VIII. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Introdução ao estudo do Direito e Legislação Ambiental
2. Conceito jurídico de meio ambiente

3. A proteção constitucional do meio ambiente e os bens ambientais
4. O sistema federativo e a competência no meio ambiente
5. A Política Nacional do Meio Ambiente, seus instrumentos e o funcionamento do SISNAMA.
6. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
7. A Política Nacional de Recursos Hídricos
8. A proteção da flora, fauna e pesca
9. A Lei de Crimes Ambientais
10. Instrumentos judiciais e extrajudiciais de defesa dos bens ambientais
11. Ordenamento jurídico ambiental e sua correlação com o setor energético

## IX. METODOLOGIA DE ENSINO / DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

O processo de ensino/aprendizagem dar-se-á através da seguinte metodologia:

- . Aulas teóricas
- . Atividades dirigidas
- . Provas

**Observação:** O professor estará disponível para atendimento em sua sala nos seguinte horário: quinta-feira das 16:00 às 17:00 h

## X. METODOLOGIA E INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

. A verificação do rendimento escolar compreenderá **frequência e aproveitamento** nos estudos, os quais deverão ser atingidos conjuntamente. Será obrigatória a frequência às atividades correspondentes a cada disciplina, ficando nela reprovado o aluno que não comparecer, no mínimo a 75% das mesmas.

. A nota mínima para aprovação na disciplina será 6,0 (seis). ( Art. 69 e 72 da Res. nº 17/CUn/1997).

. O aluno com frequência suficiente (FS) e média das notas de avaliações do semestre entre 3,0 e 5,5 terá direito a uma nova avaliação no final do semestre (REC), exceto as atividades constantes no art.70,§ 2º. A nota será calculada por meio da média aritmética entre a média das notas das avaliações parciais (MF) e a nota obtida na nova avaliação (REC). (Art. 70 e 71 da Res. nº 17/CUn/1997).

. Ao aluno que não comparecer às avaliações ou não apresentar trabalhos no prazo estabelecido será atribuída nota 0 (zero). (Art. 70, § 4º da Res. nº 17/CUn/1997)

. A avaliação do desempenho de cada aluno dar-se-á através dos seguintes instrumentos:

a) Atividades dirigidas individuais, com consulta, com peso de 5,0 pontos e referente a todo o conteúdo programático a serem realizadas no decorrer de todo o semestre

b) Provas individuais, sem consulta e com peso de 5,0 pontos com datas e conteúdos assim previstos:

- . Prova 1 = Itens 1 a 4 do conteúdo programático
- . Prova 2 = Itens 5 a 7 do conteúdo programático
- . Prova 3 = Itens 8 e 9 do conteúdo programático

. A média final será assim calculada:

$$\text{Média final} = \text{Média das Atividades Dirigidas} + \text{Média das Provas}$$

. **Pedido de Nova Avaliação - Art. 74 da Res. nº 17/CUn/97:** O aluno, que por motivo de força maior e plenamente justificado, deixar de realizar atividades avaliativas previstas no plano de ensino, deverá formalizar pedido à Chefia do Departamento de Ensino ao qual a disciplina pertence, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, apresentando documentação comprobatória.

. Para a presente disciplina, a nova avaliação será efetuada na penúltima semana de aula, cujo dia, horário e local serão definidos pelo professor

. A recuperação será efetuada por meio de prova teórica, individual e sem consulta, referente a todo o conteúdo ministrado no semestre, cuja data está descrita no cronograma.

### XI. CRONOGRAMA PREVISTO

AULA (Semana)	DATA	ASSUNTO
1ª	31/07/17 a 05/08/17	Apresentação e discussão do Plano de Ensino
2ª	07/08/17 a 12/08/17	Introdução ao estudo do Direito e Legislação Ambiental
3ª	14/08/17 a 19/08/17	Conceito jurídico de meio ambiente
4ª	21/08/17 a 26/08/17	A proteção constitucional do meio ambiente
5ª	28/08/17 a 02/09/17	Os bens ambientais
6ª	04/09/17 a 09/09/17	O sistema federativo e a competência no meio ambiente A Política Nacional do Meio Ambiente, seus instrumentos e o funcionamento do SISNAMA. Prova 1 (12/04)
7ª	11/09/17 a 16/09/17	A Política Nacional do Meio Ambiente, seus instrumentos e o funcionamento do SISNAMA. (continuação)
8ª	18/09/17 a 23/09/17	A Política Nacional do Meio Ambiente, seus instrumentos e o funcionamento do SISNAMA (continuação)
9ª	25/09/17 a 30/09/17	O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
10ª	02/10/17 a 07/10/17	A Política Nacional de Recursos Hídricos
11ª	09/10/17 a 14/10/17	A proteção da flora, fauna e pesca. Prova 2 (17/05)
12ª	16/10/17 a 21/10/17	A proteção da flora, fauna e pesca (continuação).
13ª	23/10/17 a 28/10/17	A proteção da flora, fauna e pesca (continuação).
14ª	30/10/17 a 04/11/17	A Lei de Crimes Ambientais
15ª	06/11/17 a 11/11/17	A Lei de Crimes Ambientais (continuação).
16ª	13/11/17 a 18/11/17	Instrumentos judiciais e extrajudiciais de defesa dos bens ambientais
17ª	22/11/17 a 25/11/17	Ordenamento jurídico ambiental e sua correlação com o setor energético Prova 3 (28/06)
18ª	27/11/17 a 02/12/17	Ordenamento jurídico ambiental e sua correlação com o setor energético (continuação)
19ª	04/12/17 a 07/12/17	Recuperação (05/07)

OBS: O cronograma está sujeito a ajustes

### XII. FERIADO PREVISTO PARA O SEMESTRE DE 2017.2

DATA	
07/09/17 (qui)	Independência do Brasil
08/09/17 (sex)	Dia não letivo
09/09/17 (sab)	Dia não letivo
12/10/17 (qui)	Nossa Senhora Aparecida
13/10/17 (sex)	Dia não letivo
14/10/17 (sab)	Dia não letivo
28/10/17 (sab)	Dia do Servidor Público
02/11/17 (qui)	Finados
15/11/17 (qua)	Proclamação da República

### XIII. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AUGUSTIN Sérgio; BERLINDA, P. Cunha . orgs. Diálogos de Direito Ambiental Brasileiro.[recurso eletrônico]. Volume 1. Caxias do Sul, RS: Educus, 2012
2. CARLI, Vilma Maria Inocência. A obrigação legal de preservar o meio ambiente. 2. ed. rev. atual. ampl. Campinas: Servanda, 2004 696 p. ISBN 9788578900519.
3. REIS, Lineu Belico dos; CUNHA, Eldis Camargo Neves da. Energia elétrica e sustentabilidade: aspectos tecnológicos.